

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Requer realização de audiência pública para debater a elevada carga tributária incidente sobre o setor rural brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a elevada carga tributária incidente sobre o setor rural brasileiro.

Sugiro, entre outros que possam ser indicados por este plenário, que sejam convidados para participar do debate as seguintes autoridades e entidades:

- **Sr^a. Kátia Abreu** – Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- **Sr. Joaquim Levy** – Ministro de Estado da Fazenda;
- **Sr. Armando Monteiro** – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- **Sr. João Martins da Silva Júnior** – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- **Sr. Márcio Lopes de Freitas** – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;

- Sr. **João Carlos Jacobsen Rodrigues** – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa;
- Sr. **Carlos Rivaci Sperotto** – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL;
- Sr. **Henrique Dornelles** – Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz.
- Sra. **Elizabeth Farina** – Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – Unica; e
- Sr. **Almir Dalpasquale** – Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil – Aprosoja/Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é campeão mundial de tributação sobre a produção de alimentos. A elevada carga tributária do País, muito complexa, arcaica e de difícil interpretação, pesa violentamente sobre os grãos, fibras, carnes e lácteos e, por consequência, sobre a mesa dos consumidores.

Os efeitos da elevada tributação são nocivos ao País e a todos os brasileiros, sejam eles produtores rurais, empresários da agroindústria ou consumidores, principalmente aqueles das classes sociais C, D e E, que tem menos poder aquisitivo para comprar alimentos.

Para se ter uma ideia de como o mundo trata do tema, e do quanto o Brasil destoa dos demais na área tributária sobre alimentos, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas – FGV - mostra que no Reino Unido os alimentos são isentos, nos Estados Unidos, 34 estados não tributam, na Itália o índice chega a no máximo 5%, em Portugal, 4%. Já no Brasil, a tributação sobre a produção agrícola, em média, é de 16%, e pode chegar a incríveis 40%. Para produzir um saco de arroz, por exemplo, um dos principais produtos da alimentação dos brasileiros, apenas dentro da porteira, o produtor rural repassa 24% do valor do grão em impostos.

Esta Casa, sobretudo este colegiado, deve se debruçar sobre este tema e apontar formas de reduzir a pesada carga tributária imposta sobre a alimentação dos cidadãos deste País. Tal medida estimulará o aumento da produção e do consumo, gerando mais empregos, mais renda e, indiretamente, mais tributos. Além disso, ela poderá ajudar a manter o equilíbrio macroeconômico do Brasil, pois os preços dos alimentos de primeira

necessidade podem ser fixados em valores mais baixos e contribuirá, inclusive, em níveis de inflação menores.

Assim, com o objetivo de iniciar o necessário debate em busca de soluções para retirar o Brasil da ponta desse ranking, proponho a realização dessa audiência pública e conto com o apoio dos meus Pares.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 2015.

LUIS CARLOS HEINZE
Deputado Federal – PP/RS